

# **INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 5ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA FINASA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes, devidamente representadas na forma de seus respectivos atos constitutivos,

**FINASA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.** com sede no Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, n° 433, 1° andar, na Cidade de Barueri, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n° 47.896.709/0001-80, doravante denominada simplesmente **EMISSORA**, e, na qualidade de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, doravante assim denominado, **ISOLDI S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Antônio Prado, n° 33, 15° andar, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n° 62.051.263/0001-87 nomeado nesta escritura e nela interviniente para representar a comunhão dos debenturistas

## **I - DA AUTORIZAÇÃO**

A emissão de debêntures de que trata a presente Escritura foi autorizada pela Assembleia Geral Extraordinária da **EMISSORA**, realizada em 18.10.1999

## **II - DOS REQUISITOS**

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

- a. será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada simplesmente **CVM** na forma das Leis n° 6.385 de 07 de dezembro de 1.976 e 8.404, de 15 de dezembro de 1.976, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- b. a ata da Assembleia Geral Extraordinária que deliberou sobre a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo;
- c. a presente Escritura de Emissão será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri - São Paulo

### III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

III.1. Tipo: Debêntures simples, não conversíveis em ações.

III.2. Forma: Nominativas não endossáveis.

III.3. Espécie: Subordinada, nos termos do parágrafo 4º do artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

III.4. Valor da Emissão: R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)

III.5. Quantidade de Títulos: Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures.

III.6. Séries: A emissão será formada de uma única série, sendo composta por 200.000 (duzentas mil) debêntures.

III.7. Valor Nominal: Cada debênture terá o valor nominal, na data de emissão, de R\$1.000,00 (um mil reais).

III.8. Data de Emissão: Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01 de novembro de 1999.

III.9. Juros Moratórios: Caso a EMISSORA venha a incorrer em mora em qualquer pagamento e/ou amortização previstos nesta Escritura, os valores em atraso ficarão sujeitos a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo das demais obrigações pecuniárias nesta previstas, incidentes sobre os valores em atraso, calculados desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

III.10. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo do disposto no item III.9 anterior, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela mesma, não lhe dará o direito ao recebimento da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, se houver, no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

III.11. Resgate Antecipado Facultativo: A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, por deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate antecipado das debêntures em circulação, mediante o pagamento do respectivo saldo do valor nominal não amortizado, acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio, se houver, devidos na data do resgate, devendo publicar aviso prévio aos debenturistas, nos termos do item III.17., com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate. O resgate poderá ser total ou parcial, nesta última hipótese mediante sorteio, o qual será realizado na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO.

III.12. Aquisição Facultativa: A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal não amortizado acrescido da base de remuneração, juros e prêmio, se houver, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº

6.404/76 As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria, ou alienadas no mercado;

III.13. **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes aos pagamentos de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se essa data coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo a qualquer título, aos valores a serem pagos, resultantes desta Escritura

III.14. **Vencimento Antecipado:** O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor nominal das debêntures, deduzidas as amortizações ocorridas, acrescido da base de remuneração, juros remuneratórios, prêmio, se houver, e juros moratórios, até a data do efetivo pagamento, na ocorrência dos seguintes eventos

- a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, cujo valor global inadimplido ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, ou se for cancelado ou, ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de depósito em juízo em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas da sua ocorrência
- b) pedido ou decretação de intervenção administrativa ou liquidação extrajudicial da EMISSORA pelo Banco Central do Brasil;
- c) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir de aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO
- d) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA, em razão de inadimplência contratual, cujo valor global inadimplido ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) podendo vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA previstas nesta Escritura

III.14.1. Na ocorrência do vencimento antecipado a EMISSORA se obriga a efetuar o pagamento de todas as suas obrigações em até 30 (trinta dias) úteis a partir da comunicação por escrito a EMISSORA através de carta protocolada, enviada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

III.15. **Negociação:** As debêntures serão negociadas junto ao Sistema Nacional de Debêntures - SNC, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto - ANIMA e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, conforme Instrução Normativa da Secretária da Receita Federal nº 56/88

III.16. **Forma e Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às amortizações das debêntures objeto desta emissão acrescidas da base de remuneração, juros remuneratórios e prêmio a que fizerem jus as debêntures, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP ou na sede da EMISSORA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a aquele sistema

III.17. Publicidade: Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser veiculados, na forma de Aviso aos Debenturistas, em jornal de grande circulação na cidade de São Paulo, devendo ainda ser publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo ;

III.18. Certificados das Debêntures: A EMISSORA poderá emitir certificados representativos das debêntures da presente emissão. Neste caso, os referidos certificados serão entregues aos debenturistas no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de solicitação ;

III.19. Colocação e Procedimento: O lançamento será público, mediante intermediação de instituições financeiras habilitadas, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição conforme previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, sendo, portanto, atendidos os pedidos por ordem cronológica, inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos ;

III.20. Prazo e data de Vencimento: As debêntures terão prazo de 26 (vinte e seis) meses, a partir da data de emissão, vencendo-se em 01/01/2002;

III.21. Base de Remuneração: Para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação decorrente da presente emissão a base de remuneração das debêntures será equivalente a determinado percentual das taxas médias diárias dos certificados de depósito interfinanceiros - CDI de um dia - extra-grupo, apurada e divulgada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, incidentes sobre o valor nominal das debêntures ou sobre o saldo do valor nominal não amortizado conforme o caso, a partir da data de emissão, inclusive até o dia útil imediatamente anterior ao vencimento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, pagável juntamente com as amortizações programadas. O percentual acima será fixado pelo Conselho de Administração, no lançamento das debêntures, conforme artigo 59, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76 ;

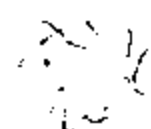
III.22. Amortizações Programadas: As amortizações e demais obrigações pecuniárias de cada debênture serão pagas em 01/07/2000, 01/01/2001, 01/07/2001 e 01/01/2002. As amortizações serão em 4 (quatro) parcelas semestrais e sucessivas de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), acrescidas da base de remuneração definida no item III.21 e calculadas nos termos da seguinte fórmula:

$$VNC = VN \cdot (1+i)^n$$

onde:

VNC= Valor nominal capitalizado de cada parcela

VN = Valor nominal de cada parcela = R\$ 250,00



$$A = \left[ \left( 1 + \frac{CDI_1}{100} \right)^{\frac{S}{360}} - 1 \right] \times S - 1 \times \left[ \left( 1 + \frac{CDI_2}{100} \right)^{\frac{S}{360}} - 1 \right] \times S - 1 \times \dots \times \left[ \left( 1 + \frac{CDI_n}{100} \right)^{\frac{S}{360}} - 1 \right] \times S - 1$$

**CDI 1** = Taxa média dos certificados de depósitos interfinanceiros – CDI de um dia, extra-grupo, divulgada pela CETIP, expressa em percentual ao ano, referente a data de emissão.

**CDI 2** = Taxa média dos certificados de depósitos interfinanceiros – CDI de um dia, extra-grupo, divulgada pela CETIP, expressa em percentual ao ano, referente ao dia útil seguinte à data de emissão

**CDI n** = Taxa média dos certificados de depósitos interfinanceiros – CDI de um dia extra grupo divulgada pela CETIP, expressa em percentual ao ano, referente ao n-ésimo dia útil imediatamente anterior à data da amortização, colocação ou liquidação;

**S** = percentual aplicado acima da taxa CDI a ser definido pelo Conselho de Administração, conforme item III.21

**III.22.1.** Na falta de divulgação pela CETIP da taxa de certificados de depósitos interfinanceiros será utilizada a taxa média divulgada pela SELIC para o prazo de 1 dia

**III.22.2.** No caso de impedimento legal à sua utilização, não disponibilidade ou alteração dos critérios de apuração da taxa divulgada pela CETIP, a base de remuneração descrita no item III.21 será substituída pela TJLP-Taxa de Juros de Longo Prazo- divulgada pelo Banco Central do Brasil acrescida exponencialmente de 8% (oito por cento) a a , base anual de 360 dias "pro-rata temporis" e calculada por dias decorridos sobre o último saldo atualizado conforme item III.22, respeitando-se as taxas e os períodos de vigência da TJLP

**III.22.2.1.** Poderão, debenturistas que representem 10% (dez por cento) do total das debêntures em circulação, convocar Assembleia Especial para discutir a substituição acima, caso implique diminuição sensível de remuneração das debêntures. Na referida Assembleia, 51% (cinquenta e um por cento) dos titulares das debêntures em circulação poderão propor à EMISSORA que adote outra base de remuneração

**III.22.2.2.** Proposta a nova base de remuneração pela EMISSORA, esta assegurará aos debenturistas que não a aceitarem o resgate das respectivas debêntures em até 5 (cinco) dias após a referida Assembleia, prevalecendo a base de remuneração proposta pela EMISSORA, "pro-rata temporis" até a data da efetivação do resgate.

**III.22.2.3.** Na hipótese de impedimento legal, não divulgação ou alteração dos critérios de apuração da TJLP a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO convocarão, dentro dos 30 (trinta) dias seguintes

ao evento, Assembleia Geral dos Debenturistas, na qual adotar-se-á o mesmo procedimento previsto no item III.22.2.2.

**III.23. Preço de Subscrição e Forma de Pagamento:** Para os efeitos desta emissão, o preço de subscrição de cada uma das debêntures será o valor nominal definido no item 7 retro, acrescido da base de remuneração, calculado "pro-rata-temporis" na forma dos itens III.21 e III.22 supra, desde a data de emissão até a data da liquidação, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

#### **IV – DEMAIS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA**

A EMISSORA está ainda obrigada a

##### **IV.1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO.**

- a) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término do primeiro semestre de seu exercício social, cópia das demonstrações financeiras relativas a esse período;
- b) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93 nos prazos previstos nesta Instrução;
- d) imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada, no desempenho das suas funções legalmente estipuladas.

**IV.2.** Não pagar dividendos, salvo o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de qualquer valor devido aos debenturistas, cessando tal proibição, tão logo seja purgada a mora.

**IV.3.** Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente, registrada na CVM.

**IV.4.** Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos da Instrução CVM 202/93, bem como fornecer aos seus debenturistas, quando solicitado, as demonstrações financeiras previstas no Artigo 176 da Lei nº 6.404/76.

**IV.5.** Manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar serviço.

**IV.6.** Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

**IV.7.** Não realizar operação fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares vigentes.

IV.8. Notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA por mais de 02 dias úteis, exceto em caso de força maior ou caso fortuito.

## V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto da presente Escritura **ISOLDI S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS**, o qual neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a EMISSORA e a comunhão dos titulares das debêntures da emissão

### V.1. Remuneração

V.1.1. Será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e da Escritura de Emissão, remuneração paga da seguinte forma:

- a. R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na data da obtenção do registro de emissão junto à Comissão de Valores Mobiliários, e
- b. R\$ 6.000,00 (seis mil reais) doze meses após a referida data, atualizados de acordo com a variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) divulgado pela FGV ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, verificada no período entre o pagamento referido no item a acima e a data deste pagamento
- c. A remuneração não inclui as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídos igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros ou assessoria legal
- d. Os serviços do AGENTE FIDUCIÁRIO são restritos aos previstos na legislação pertinente
- e. Todas as despesas com procedimentos legais, e também as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e posteriormente conforme previsto em Lei ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais

serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** na hipótese de a **EMISSORA** permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o **AGENTE FIDUCIÁRIO** solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

- f. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora estabelecida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 1,00% (um por cento) ao mês e juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura de Emissão.
- g. A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

## **V.2. Substituição**

V.2.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a qual poderá ser convocada pelo próprio **AGENTE FIDUCIÁRIO** a ser substituído, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término final do prazo acima citado, caberá à **EMISSORA** efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo **AGENTE FIDUCIÁRIO**.

V.2.2. Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

V.2.3. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

V.2.4. A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no Artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83, e eventuais normas posteriores.

V.2.5. A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** em caráter permanente, deverá ser arquivada no registro do comércio e ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado no registro de imóveis, juntamente com a Escritura.

V.2.6. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura da presente escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.



V.2.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição ao AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos padados pela CVM.

### **V.3. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO**

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constâem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

V.3.1. Proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

V.3.2. Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

V.3.3. Conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

V.3.4. Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escutura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

V.3.5. Promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escutura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

V.3.6. Acompanhar a observância de periodicidade na prestação das informações obrigatórias alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

V.3.7. Emitir parecer sobre a suficiência de informações constantes das propostas de modificações das debêntures;

V.3.8. Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;

V.3.9. Solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

V.3.10. Convocar, quando necessário, a Assembleia de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações;

V.3.11. Comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

V.3.12. Elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:

- eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;
- alterações estatutárias ocorridas no período;
- comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
- posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
- resgate e pagamento da base de remuneração das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;
- acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;
- relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;
- declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**

V.3.13. Colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais:

- na sede da **EMISSORA**;
- na sua própria sede;
- na CVM;
- nas Bolsas de valores, quando for o caso, e;
- nas instituições financeiras que lideram a colocação das debêntures.

V.3.14. Publicar, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados nos subitens do item V.3.13 acima;

V.3.15. Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços mediante, inclusive, gestões junto à **EMISSORA**;

V.3.16. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste Instrumento, especialmente daquelas relativas de obrigações de fazer e não fazer.

==



V.3.17. Notificar os debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores onde a EMISSORA tiver seus valores admitidos à negociação

#### V.4. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

V.4.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA,

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios, nos termos do item III.14;
- b. tomar quaisquer providências para a realização dos créditos dos debenturistas;
- c. representar os debenturistas em processo de pedido ou decretação de intervenção administrativa ou liquidação extrajudicial da EMISSORA pelo Banco Central do Brasil salvo deliberação em contrário tomada em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada pela maioria das debêntures em circulação;
- d. representar os debenturistas em processo de liquidação da EMISSORA.

V.4.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas em "a" e "b" do item V.4.1, desta cláusula se a Assembleia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures.

#### V.5. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas efetivamente indispensáveis em que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos

V.5.1. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a entrega a EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias a proteção dos direitos dos titulares das debêntures

V.5.2. As despesas a que se refere este item compreenderão inclusive, as seguintes

- a. Publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis

b. Extração de certidões;

c. Locomoção entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

V.3.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do parágrafo primeiro, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferido a estas na ordem de pagamento

V.3.4. Se qualquer quantia devida aos debenturistas, em virtude desta Escritura, for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar (em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e nas debêntures) honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devidos a tal cobrança, na forma em que o determinar eventual sentença judicial condenatória

## VI - DA RENÚNCIA

Não se presume a renúncia dos direitos decorrentes da presente escritura, sendo o não-exercício de qualquer direito considerado como mera liberalidade, não se constituindo, ainda, novação.

## VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures de que trata esta escritura poderão a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Especial, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunidade dos debenturistas

- a. A Assembleia dos Debenturistas poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO pela EMISSORA, por debenturistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das debêntures em circulação ou pela CVM.
- b. Aplicar-se-á à Assembleia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei 6.404/76 para Assembleia Geral de Acionistas
- c. A assembleia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade no mínimo das debêntures em circulação e, em Segunda convocação, com qualquer número. A presidência da assembleia caberá ao debenturista que for eleito pelos presentes ou àquele que for designado pela CVM.
- d. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas



- e. Nas deliberações da assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.
- f. Para efeito da constituição do quorum a que se refere esta cláusula serão excluídas as debêntures que a EMISSORA possuir em tesouraria.
- g. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas neste instrumento, dependerá da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das debêntures em circulação.

### VIII - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam esta escritura em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas ao final identificadas.

São Paulo, 17 de novembro de 1999

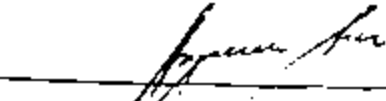
  
\_\_\_\_\_  
FINISA LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

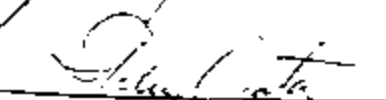


  
\_\_\_\_\_  
ISOLDI S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIARIOS

Testemunhas.



1)   
\_\_\_\_\_  
Nome ANGELA SELVI FALOPPA  
CPF 036.657.765-47

2)   
\_\_\_\_\_  
Nome HELENA MITSUKO OGATA  
CPF 040.574.598-20